



Universidade de Brasília (UnB)

Disciplina: Instituição de Direito Público e Privado

Docente: Rafael da Escossia Lima

Discentes: Ana Paula Nunes Bezerra - 231015550

Bruno Gonçalves de Brito - 232035807

Leonardo Silva de Castro - 241001503

Turma: 05

1. Introdução

O texto traz um estudo de como a morte se torna uma ferramenta de controle político em nossas vidas, desde a colonização até o mundo contemporâneo. O autor, Achille Mbembe, utiliza um vasto repertório de autores para fundamentar sua análise. Importante destacar alguns termos importantes para a compreensão do texto, como a necropolítica, o biopoder, a soberania, o estado de sítio e de exceção.

A necropolítica é um conceito que foi desenvolvido por Achille Mbembe, trata do poder de decidir quem deve viver e quem deve morrer, e como esse poder é exercido por Estados e outras entidades. Quando se afirma que "O Estado pode, por si mesmo, se transformar em uma máquina de guerra", reconhece a capacidade do Estado de organizar e executar políticas que promovem a morte e a violência como ferramentas de controle e dominação. Esse processo, como será visto no texto, fica evidente em contextos como o nazismo, totalitarismo e campos de extermínio.

O biopoder para Foucault, refere-se ao controle sobre a vida das populações, a separação de quem deve viver ou morrer e, para isso, são implementadas políticas públicas e regulamentações para otimizar a vida. O biopoder torna racional e justificável as ações de um poder soberano. E se relaciona ao conceitos de:

Estado de sítio, uma instituição militar que não faz separação entre inimigos internos ou externos, comandantes locais têm liberdade para decidir sobre o uso da força. Vila e cidades sitiadas são isoladas do mundo e sofrem com a privação dos meios de renda, enfrentam execuções públicas e matanças ocultas;

Estado de exceção, relaciona-se com emergência e uma noção ficcional do inimigo, de acordo com Giorgio Agamben, em vez de ser apenas uma suspensão temporária da lei, pode se tornar uma condição permanente e espacialmente separada da legalidade normal.

A soberania pode ser entendida basicamente sob dois aspectos, um mais positivo e racional no sentido de reafirmação, autonomia e autodeterminação dos povos em seus territórios e outro mais negativo que usa o biopoder e a guerra para legitimar o direito de matar outros povos e nações. A percepção do outro como uma ameaça mortal, que precisa ser eliminada para garantir a segurança e o potencial de vida, é vista como um imaginário da soberania e razão para o objetivo bélico. A obra do autor explora a fusão entre a guerra e a política.

2. Contextualização

Achille Mbembe é um renomado filósofo, historiador e cientista político camaronês, conhecido por suas contribuições significativas para os estudos pós-coloniais, teoria crítica e pensamento político contemporâneo. Mbembe é professor de História e Ciência Política na Universidade de Witwatersrand, na África do Sul.

A abordagem da necropolítica vai além do biopoder, conceito de Michel Foucault que se refere ao controle e regulação da vida da população, e se concentra na instrumentalização da morte como uma ferramenta de dominação e controle.

A necropolítica se manifesta em diversas situações, como em conflitos armados, ocupações coloniais, genocídios e outras formas de violência estatal e não estatal. Ela está intrinsecamente ligada à soberania do Estado, que exerce seu poder não apenas sobre a vida dos cidadãos, mas também sobre a morte, decidindo quem é considerado digno de viver e quem é descartável.

No contexto brasileiro, diversos episódios podem ser examinados à luz da necropolítica, sendo o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, um dos exemplos mais trágicos.

O desastre em Brumadinho expôs uma clara negligência na manutenção da barragem, evidenciando a priorização do lucro em detrimento da segurança dos trabalhadores e moradores locais. A maioria das vítimas era composta por trabalhadores e membros de comunidades locais já vulneráveis, vivendo em condições precárias.

A falta de fiscalização e regulação adequadas por parte das autoridades governamentais também ficou evidente, refletindo uma manifestação de necropolítica onde a proteção das vidas das populações vulneráveis não foi priorizada. A impunidade ou punições insuficientes para as corporações responsáveis por tais desastres exemplificam essa dinâmica, assim como os impactos ambientais e de saúde pública decorrentes do evento.

A luta das famílias das vítimas por justiça e reparação revela como a necropolítica se manifesta na esfera da memória e da justiça, destacando a marginalização dessas vidas diante do poder político e econômico. Portanto, o desastre de Brumadinho não é apenas uma tragédia ambiental e humana, mas também um exemplo vívido de como a necropolítica opera na prática, perpetuando desigualdades e vulnerabilidades significativas.

Acrescento também, um exemplo não tão atual:

“Joaquim José da Silva Xavier, que foi enforcado e esquartejado, a 21 de abril de 1792, devido a seu envolvimento com a Inconfidência Mineira - um dos primeiros movimentos organizados pelos habitantes do território brasileiro, no sentido de conseguir a independência do país em relação a Portugal.

(Terror Imperial - Política da morte)¹”

3. Resumo

3.1. Política, o trabalho da morte e o “tornar-se sujeito”

O texto se inicia com a análise da definição de biopoder segundo o filósofo Foucault, ele afirma que a guerra é um meio de alcançar a soberania e um modo de exercer o direito de matar, e se refere à política como uma forma de guerra, controlando a sociedade para estabelecer o poder. Esse controle divide os indivíduos em grupos e subgrupos, estabelecendo uma divisão biológica que é essencial para a consolidação do poder soberano.

O autor aborda que Foucault se refere ao racismo para descrever essa prática, não apenas como discriminação racial, mas como uma ferramenta que permite ao estado exercer o direito soberano de matar. Ele argumenta que o racismo desempenha um papel chave para decidir quem morre e quem vive, viabilizando as funções assassinas do estado. Alguns exemplos de estado de exceção e biopoder citados na obra são o estado nazista e os campos de concentração.

Na relação entre morte e política, o terror seria um instrumento necessário para as narrativas de dominação e emancipação pelo poder. Seria mais um instrumento para somar ao biopoder. Isso pôde ser visto por exemplo durante a época do Iluminismo. Na época foi democratizado a aplicação da pena de morte por guilhotina para classes menos favorecidas, pena que antes era o enforcamento. Os inimigos do estado passaram a ter sua punição com uma morte considerada mais “branda”.

O terror moderno, o estado de exceção e a biopolítica também teriam relação direta com a colonização de povos, territórios e com a escravidão. A situação de um escravo resulta de uma tripla perda: do “lar”, dos direitos sobre seu corpo e de status político. Ela seria uma morte em vida, representando uma dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social. Isso reforça as ideias de política da morte, soberania e biopoder.

Importante também é falar sobre a visão do autor Bataille que estabelece uma conexão entre morte, soberania e sexualidade, associando a sexualidade à violência e à dissolução dos limites do eu e do corpo através de impulsos humanos que separam a realidade e acontecimentos de objetos fantasiosos.

3.2. O biopoder e a relação de inimizade.

No texto, é discutida a relação entre o biopoder e a relação de inimizade, com base nos conceitos de Michel Foucault. O biopoder é apresentado como o poder exercido sobre a vida dos indivíduos, regulando a distribuição da morte e possibilitando as funções assassinas do Estado. Destaca-se a importância do racismo nesse contexto, como uma tecnologia que permite o exercício do biopoder, regulando a distribuição da morte e tornando aceitável o ato de matar.

A relação de inimizade é explorada como uma dinâmica na qual o poder se estabelece através da divisão entre aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer. O Estado moderno é descrito como incorporando tanto o direito soberano de matar quanto os mecanismos de biopoder, com o Estado nazista sendo apresentado como um exemplo extremo desse exercício de poder, combinando características de Estado racista, assassino e suicida.

Além disso, é abordada a ocupação colonial na modernidade tardia, destacando as severas restrições impostas aos negros em áreas brancas, a divisão do espaço em compartimentos, a definição de limites e fronteiras internas, e a exclusão recíproca como princípio operante. A soberania é apresentada como a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é "descartável" e quem não é, evidenciando a operação do necropoder nesse contexto.

Esse tópico analisa como o biopoder, a relação de inimizade e o necropoder estão interligados, influenciando as dinâmicas de poder, controle e exclusão presentes nas estruturas políticas e sociais, especialmente em contextos de ocupação colonial e discriminação racial.

Segundo o filósofo Carl Schmitt, conhecido pelo sentido político de Constituição, a soberania seria o poder de decidir sobre o estado de exceção. Com a criação de uma ordem jurídica europeia (*Jus publicum europaeum*) surgiram dois princípios importantes para o entendimento da soberania na época.

O primeiro falava da igualdade jurídica entre todos os Estados (ligada ao direito de fazer a guerra e relativização do direito à vida humana). Esse direito de guerra defendia que matar ou negociar a paz seriam funções essenciais de qualquer estado.

A soberania reconhecia que nenhum Estado poderia fazer reivindicações para além de suas fronteiras e que nenhuma autoridade superior poderia ser reconhecida dentro de suas fronteiras. Além disso, o estado se comprometeria a amenizar os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar em si.

3.3. Necropoder e ocupação colonial na modernidade tardia.

Esse tópico aborda o conceito de necropoder e sua relação com a ocupação colonial na modernidade tardia. O necropoder é descrito como uma forma de poder que se baseia na imposição da morte e na criação de condições de vida que conferem às pessoas o status de "mortos-vivos". Na ocupação colonial, são destacadas características como a fragmentação territorial, a proibição de acesso e a expansão de assentamentos, visando controlar movimentos e implementar segregação.

Além disso, é discutida a militarização do cotidiano em áreas de ocupação, onde populações inteiras são alvo do soberano, vilas e cidades são cercadas e isoladas, e a vida é controlada por autorizações formais. Instituições civis são destruídas, a população perde seus meios de renda e execuções ocorrem tanto de forma pública quanto invisível. Essas práticas revelam a atuação de máquinas de guerra e a imposição de uma heteronomia, onde a liberdade é concedida aos comandantes militares locais para decidir sobre quem e quando atirar, resultando em um cenário de violência e controle extremos.

3.4. Máquinas de guerra e heteronomia.

Após analisar o necropoder no contexto colonial, o autor aborda as guerras contemporâneas. Neste novo cenário, o Estado não detém mais o monopólio do direito de matar, o controle dos militares não pertence apenas ao Estado. Há uma dispersão entre diversas formas de governo, diferentes leis e autoridades e o controle dos militares passa a ser comercializado. As guerras não visam conquista ou aquisições, o contexto considera artilharia e visibilidade.

A coerção se torna produto do mercado e o objetivo é forçar o inimigo a submissão. O autor utiliza do termo "máquinas de guerra" para descrever as novas formas de violência, que podem operar de forma independente, como as milícias. Ainda sim, o Estado pode se apropriar de uma máquina de guerra ou até mesmo criar uma.

As guerras começam a ser travadas por grupos armados que se passam por Estados contra grupos armados sem Estado que dominam territórios específicos. Ambos os lados focam principalmente em civis desarmados ou milícias e quando não conseguem tomar o poder do Estado, eles fragmentam territórios e controlam áreas inteiras, especialmente onde há depósitos minerais.

Terror e morte andam lado a lado, se transformam em satisfação e está presente no coração de cada um, assim, aumentando o sentimento de segurança. Ser um sobrevivente significa lutar e matar seus inimigos e escapar com vida.

3.5. De movimento e metal.

Um exemplo de necropoder bem sucedido é a ocupação colonial contemporânea da Palestina. Em relação a esse território podemos citar duas lógicas de morte, a do martírio e a da sobrevivência.

A lógica do martírio é caracterizada pela figura do “homem-bomba”, levantando a questão da diferença entre matar com armas ou usar o próprio corpo para causar a morte. Já na lógica da sobrevivência “cada homem é inimigo de todos os outros” e a sobrevivência do assassino é vista como um momento de poder, vitória e soberania.

Sob as duas lógicas, terror e morte andam juntos, pois o horror experimentado na visão da morte se transforma em satisfação quando ela ocorre com o outro, mesmo quando o mártir destrói seu próprio corpo para matar o inimigo. No caso do suicida, a resistência e a autodestruição são sinônimos e a vontade de morrer se confunde com a vontade de matar o inimigo. Suicidar em sacrifício usando o próprio corpo para matar, estabeleceria um momento de supremacia, eternização e triunfo sobre a própria mortalidade. Isso também traria um sentimento de “liberdade” em relação ao estado de sítio do poder opressor.

Partindo da perspectiva da escravidão e da ocupação colonial podemos observar que a morte e a liberdade estão intimamente ligadas. De acordo com Gilroy essa preferência pela morte diante da servidão, humilhação e torturas constantes pode ser explicada quando fazemos referência à prática do suicídio em massa ou individual por escravos encurralados por caçadores.

A própria morte é exatamente aquilo por que e sobre o que os escravos teriam o controle estabelecendo-se uma relação com a liberdade ou falta dela. Conseqüentemente o suicídio seria um ato de resistência e um meio de alcançar a liberdade do terror imposto pelo poder soberano.

4. Conclusão

Neste ensaio, Achille Mbembe propõe modos contemporâneos que subordinam a vida ao poder da morte (necropolítica) e reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. Além disso, ele ressalta que a noção de biopoder não seria suficiente para abarcar todas as formas atuais de subordinação da vida ao poder da morte.

Mbembe propõe os conceitos de necropolítica e necropoder para explicar como o uso de armas e outras formas de violência são utilizados para causar a destruição máxima de pessoas. Isso resulta na criação de “mundos de morte”, forçando grandes populações a viver em situações desumanas que são comparadas a “mortos vivos”.

5. Perguntas

- A) Como o conceito de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe, ajuda a entender a relação entre biopoder, soberania e estado de exceção no cenário contemporâneo do poder estatal?
- B) Como a análise da necropolítica pode nos levar a repensar as noções de justiça, igualdade e dignidade humana em contextos de opressão e violência?
- C) No contexto brasileiro, quais episódios você acredita que podem ser analisados sob a perspectiva da necropolítica? Por quê?
- D) Qual é o impacto da economia das milícias na esfera política e econômica das regiões afetadas por conflitos armados e extração de recursos, conforme descrito no texto?
- E) Por que nenhum direito fundamental se reveste de caráter absoluto?

Bibliografia:

Mbembe, A. **Necropolítica - Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Arte & Ensaios, revista do ppgav/eba/ufRJ, n.32, 2016

LIMA, M. **A necropolítica nos territórios minerários em Minas Gerais**. Ufmg.br, 2021.
<http://hdl.handle.net/1843/39206>